

IV — Experiência profissional:

1) Antiguidade na função pública — ingressou na função pública em 1994 como técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores;

2) Categoria actual — técnico superior principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional desde 13 de Março de 2001;

3) Cargo actual — coordenador do grupo de projecto compras electrónicas desde 9 de Dezembro de 2005 na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nomeado pelo despacho conjunto (MFAP e MOPTC) n.º 280/2006;

4) Cargos desempenhados:

a) Coordenador do grupo de projecto compras electrónicas desde 9 de Dezembro de 2005 na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nomeado pelo despacho conjunto (MFAP e MOPTC) n.º 280/2006;

b) Chefe de projecto da estrutura de projecto de compras do MOPTC, de 9 de Dezembro de 2004 a 9 de Dezembro de 2005, nomeado pelo despacho (MOPTC) n.º 439/2005;

c) Requisição para a Secretaria-Geral do MOPTC, para acompanhamento do projecto de compras electrónicas, funções desempenhadas entre 1 de Dezembro de 2003 e 9 de Dezembro de 2004;

d) Transferência da Direcção Regional de Estudos e Planeamento para a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, onde exerceu funções como membro da estrutura de apoio técnico do Programa Operacional — Assistência Técnica ao QCA III, entre Janeiro de 2002 e Novembro de 2003;

e) Técnico superior da estrutura de apoio técnico da unidade de gestão do Programa Específico para o Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA II), incluído no QCA 1994-1999, e do PRODESA, incluído no QCA 2000-2006, na Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (DREPA), entre Outubro de 1993 e Dezembro de 2001;

f) Técnico superior na Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional (DGDR), como membro do secretariado técnico responsável pelas Iniciativas Comunitárias VALOREN (Programa Operacional Valorização do Potencial Energético Endógeno) e REGEN (Programa Operacional, que visava a introdução do gás natural em Portugal), entre Junho de 1991 e Setembro de 1993.

V — No exercício das funções destacam-se as seguintes actividades relevantes:

1) Implementação do projecto de compras electrónicas do MOPTC;

2) Acompanhamento dos projectos co-financiados no âmbito do Programa Assistência Técnica do QCA III;

3) Acompanhamento, controlo e auditoria dos projectos co-financiados no âmbito do Programa Específico para o Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores;

4) Acompanhamento da situação sócio-económica da Região Autónoma dos Açores, participando na elaboração da publicação anual *Situação Socioeconómica*, editada pela DREPA;

5) Participação na elaboração do plano regional de investimentos e no relatório de execução.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 9610/2007

Por despacho da presidente da comissão instaladora de 28 de Fevereiro de 2007, foi autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do artigo 78.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, à técnica profissional de 1.ª classe Conceição Jesus Pires Pinto, com efeitos a partir de 8 de Março de 2007.

15 de Março de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

Despacho (extracto) n.º 9611/2007

Álvaro Andrade Carvalho, chefe de serviço hospitalar do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., foi requisitado, por um ano, para exercer funções na Casa Pia de Lisboa, I. P., ao abrigo

do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007.

15 de Março de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

Despacho (extracto) n.º 9612/2007

Graciete Oliveira Mestre Santos, assistente administrativa especialista, foi requisitada, por mais um ano, para exercer funções na Casa Pia de Lisboa, I. P., nos termos dos n.ºs 4 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 16 de Janeiro de 2007.

15 de Março de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

Despacho (extracto) n.º 9613/2007

Maria Esmeralda Severo Carvalho, assessora principal, foi requisitada por mais um ano para exercer funções na Casa Pia de Lisboa, I. P., nos termos dos n.ºs 4 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 16 de Janeiro de 2007.

15 de Março de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

Despacho (extracto) n.º 9614/2007

Graciete Oliveira Mestre Santos, assistente administrativa especialista, foi requisitada, por mais um ano, para exercer funções na Casa Pia de Lisboa, I. P., nos termos dos n.ºs 4 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 16 de Janeiro de 2007.

15 de Março de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

Despacho (extracto) n.º 9615/2007

Por despacho da presidente da comissão instaladora da Casa Pia de Lisboa, I. P., de 15 de Março de 2007, é nomeada, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, chefe de divisão do Departamento de Projectos e Obras a engenheira Rosa Margarida Teixeira Maia de Almeida, com efeitos a 14 de Fevereiro de 2007.

20 de Março de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Manuela Araújo*.

Nota biográfica

Licenciatura no curso de Engenharia Civil, do ramo de Estruturas e Construção, pelo Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos, concluído no ano de 2003, com a média de 14 valores.

Bacharelato no curso de Engenharia Civil, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, concluído no ano de 1985, com a média de 12 valores.

Carreira profissional:

Em 1 de Outubro de 2006 — nomeada chefe de divisão do Departamento de Projectos e Obras da Casa Pia de Lisboa, I. P., em regime de substituição;

Em 8 de Setembro de 2006 — nomeada coordenadora da comissão de emergência e prevenção de catástrofes, do Hospital de Curry Cabral, continuando integrada no quadro da Divisão de Instalações e Equipamentos;

Em 2 de Dezembro de 1999 — transferida para o quadro da Divisão de Instalações e Equipamentos do Hospital de Curry Cabral como responsável pelo serviço, cessando funções em 8 de Setembro de 2006;

Em 15 de Julho de 1996 — regresso ao quadro do Hospital de Santa Maria.

Em 1 de Janeiro de 1996 — requisitada para o Hospital de Curry Cabral para o Serviço de Instalações e Equipamentos;

Em 22 de Fevereiro de 1994 — nomeada para exercer funções no Hospital Fernando Fonseca, em regime de comissão de serviço extraordinária e por urgente conveniência de serviço;

Em 12 de Setembro de 1992 — requisitada para o Hospital de Santa Maria para exercer funções no Serviço de Instalações e Equipamentos;

Em 15 de Fevereiro de 1989 — transferida para o Instituto da Juventude, para o Departamento de Estudos e Projectos, dada a extinção da Direcção-Geral da Juventude;

Em 5 de Agosto de 1988 — destacada para o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis;

Em 1 de Fevereiro de 1987 — nomeada, por urgente conveniência de serviço, para a Direcção-Geral da Juventude, como técnica de 2.ª classe;

Em 27 de Julho de 1986 — destacada para o Gabinete do Secretário da Juventude no apoio técnico na área de obras;

Em 8 de Julho de 1981 — tesoureiro-ajudante para a Direcção-Geral do Tesouro;

Em 13 de Fevereiro de 1976 — escriturário-dactilógrafo para o Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública;

Em 23 de Outubro de 1972 — início de funções como auxiliar de escrita da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Despacho (extracto) n.º 9616/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi Albertina Miranda Oliveira Maato, telefonista do quadro de pessoal desta instituição, nomeada, por despacho da presidente da comissão instaladora de 16 de Abril de 2007, na categoria de assistente administrativa do mesmo quadro, mediante reclassificação profissional.

17 de Abril de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Aviso n.º 9435/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra publicada, através do sistema informatizado CNPRP — Notícias & Informações, para consulta, a lista de antiguidade dos funcionários do quadro do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., referente a 31 de Dezembro de 2006, depois de aprovada pelo conselho directivo, conforme deliberação de 14 de Março de 2007.

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo decreto-lei, da organização da lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

24 de Abril de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Gertrudes Conceição Loureiro*.

Despacho n.º 9617/2007

Subdelegação de poderes e de assinatura

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e da subdelegação de poderes e de assinatura do vogal do conselho directivo Viriato Augusto Baptista, constante do despacho n.º 1131/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Janeiro de 2005, com as alterações constantes na declaração n.º 177/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Fevereiro de 2005, subdelego os seguintes poderes na técnica superior de 1.ª classe Ana Paula Vaz de Campos Lourenço:

1.1 — Para autorizar o reembolso de despesas suportadas pelos beneficiários e pensionistas com cuidados de saúde, assistência médica, cirúrgica, enfermagem, medicamentosa e farmacêutica, necessários e adequados ao restabelecimento do seu estado de saúde, capacidade de trabalho ou de ganho, desde que já obtido parecer médico favorável do Departamento de Certificação e Recuperação de Incapacidades, até ao montante de € 1000.

1.2 — Para assinar termos de responsabilidade para os beneficiários e pensionistas fazerem exames, análises, intervenções cirúrgicas ou fisioterapias a título de prestações em espécie, prescritos pelos respectivos médicos assistentes, desde que haja parecer favorável emitido pelos médicos do Departamento de Certificação e Recuperação de Incapacidades e, no caso das intervenções cirúrgicas e fisioterapia continuada, sejam previamente autorizadas.

1.3 — Para assinar a correspondência de natureza corrente dirigida aos beneficiários e pensionistas e a entidades públicas ou privadas, desde que destinada à instrução dos processos de prestações em espécie.

2 — A presente subdelegação produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

26 de Março de 2007. — O Director de Serviços, *António Amaro Rodrigues*.

Despacho n.º 9618/2007

Subdelegação de poderes e de assinatura

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e da subdelegação de poderes e de assinatura do vogal do conselho directivo Viriato Augusto Baptista, constante do despacho

n.º 1131/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Janeiro de 2005, com as alterações constantes na declaração n.º 177/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Fevereiro de 2005, subdelego os seguintes poderes na técnica superior de 1.ª classe Cristina Maria Almeida Carola Marques de Moura:

1.1 — Para assinar termos de responsabilidade para os beneficiários e pensionistas fazerem exames, análises, intervenções cirúrgicas, ou obterem quaisquer meios auxiliares de diagnóstico, prescritos por médicos deste Centro Nacional, desde que se destinem à instrução dos respectivos processos clínicos e, no caso de intervenções cirúrgicas, sejam previamente autorizadas.

1.2 — Para assinar as declarações requeridas sobre a situação dos beneficiários e pensionistas enquanto doentes profissionais.

1.3 — Para assinar a correspondência de natureza corrente dirigida aos beneficiários e pensionistas e às entidades públicas e privadas, destinadas à instrução dos processos clínicos e de pensões e atribuição de subsídio por incapacidade temporária absoluta ou parcial, resultante de doença profissional.

1.4 — Para autorizar todas as diligências de natureza administrativa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 133/88, de 20 de Abril, destinadas a obter a recuperação dos valores em dívida, referentes a pensões indevidamente recebidas.

2 — A presente subdelegação produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2007.

26 de Abril de 2007. — O Director de Serviços, *António Amaro Rodrigues*.

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Despacho n.º 9619/2007

Por despachos de 12 e de 17 de Abril de 2007 da directora-geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do conselho directivo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., do mesmo Ministério, respectivamente, foram autorizadas a Ana Margarida Alves Leal dos Santos e a Elisabete Carla Nobre Pereira, técnicas superiores do quadro de pessoal do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, as transferências como técnicas superiores de 1.ª classe, para o quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade (actual Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social), considerando-se exoneradas do lugar de origem com efeitos a 20 de Abril de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2007. — O Subdirector-Geral, *José Luís Albuquerque*.

Inspecção-Geral do Trabalho

Despacho (extracto) n.º 9620/2007

Por despacho de 26 de Março de 2007 do inspector-geral do Trabalho, os licenciados Ana Sofia Pires Chieira, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, Susana Isabel Ramos Moura, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, Paula Cristina Miranda Lopes Vieira, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, Sandra Regina Ribeiro da Graça, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, Cristiano Jorge Crespo Cardoso da Silva Oneto, técnico de administração tributária adjunto, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Ana Maria Pires Dias, técnica principal de fisioterapia do quadro de pessoal do Hospital de São João, Maria de Fátima dos Santos Palos, técnica superior principal do quadro de pessoal do ex-IDICT, António Manuel Pinto Morais, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção de Finanças do Porto, Mário Alexandre Bento Viegas Francisco, técnico de administração tributária adjunto, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Jorge Manuel Maurício Pinhal, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, Rui Mendes Guerrinha, técnico superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, Célia Marina dos Santos e Silva Dias, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, Maria Benedita Roque Lapa Pernas, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, Susana Raposo Letras da Luz e Gameiro, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, Maria da Conceição Fernandes Teixeira, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Sónia Chaves Martins, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia,